



POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Comunidade Vida e Paz, doravante designada por Comunidade, tem a proteção de dados das suas partes interessadas como preocupação. Como tal, definiu a sua Política de acordo com o preconizado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD).

Que tipo de dados pessoais recolhemos?

A Comunidade, no âmbito das diversas atividades que desenvolve para o cumprimento da sua missão em Portugal, recolhe, armazena e trata dados pessoais de beneficiários, colaboradores e voluntários, doadores e benfeitores, que querem ser informadas sobre a sua ação. Os dados recolhidos são portanto variados e vão desde o nome, número de identificação, número de identificação fiscal, contacto telefónico, morada, endereços de correio electrónico, até elementos mais específicos da identidade física, fisiológica, mental, económica, cultural ou social de pessoas singulares.

Com que fundamento recolhemos e tratamos os dados pessoais?

O tratamento de dados das diferentes partes interessadas por parte da Comunidade baseiam-se:

No seu interesse legítimo para concretização da sua missão enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, na adequação das suas atividades e serviços para maior sucesso nos cuidados aos seus beneficiários;

Na necessidade de executar os contratos celebrados com os seus beneficiários, colaboradores e com as entidades públicas;

Quando o tratamento é exigido pela legislação em vigor;

Quando o consentimento explícito é adquirido.

A que se destinam os dados que recolhemos?

Os dados que recolhemos são essenciais ao desenvolvimento e cumprimento da nossa missão e destinam-se apenas às ações que nos permitam alcançar este fim. Por um lado permitem-nos conhecer as pessoas que pretendemos ajudar e assim a adequar as nossas respostas de tratamento e cuidados a prestar; por outro, permitem-nos dar a conhecer o nosso trabalho a todas as pessoas que nos querem apoiar de forma transparente.

Como recolhemos, armazenamos e tratamos os dados?

A recolha, armazenamento e tratamento dos dados depende dos grupos e dos respetivos dados em causa consoante se passa a explicitar.

Os dados dos Beneficiários

Quem recolhe?

Os dados podem ser recolhidos pelas equipas técnicas, no terreno e com a ajuda de voluntários; ou no acolhimento das respostas de internamento; ou podem ainda ser recebidos de outras organizações parceiras no encaminhamento de situações.

Quem tem acesso?

Os dados são acessíveis pelas equipas técnicas durante o período de internamento ou apoio prestado aos beneficiários.



Com quem são partilhados os dados dos beneficiários?

Este tipo de dados pode ser partilhado se solicitado pelas entidades públicas com quem a Comunidade trabalha e com as entidades privadas sem fins lucrativos em caso de intervenção conjunta ou de transferência de processos de ajuda.

Onde são armazenados os dados?

Os dados são armazenados em suporte digital em programa de gestão de utentes e em formato físico, uma vez que existem documentos originais que é necessário manter em arquivo físico à guarda das diferentes equipas técnicas.

Quanto tempo ficam os dados na posse da Comunidade?

Os dados são eliminados de acordo com o processo definido para o efeito ao fim de 5 anos após o fim dos apoios e serviços prestados ou sempre que solicitado pelos beneficiários desde que não haja obrigatoriedade legal que o impeça.

Os dados sensíveis recolhidos (exemplo: elementos específicos da identidade física, fisiológica, mental, económica, cultural ou social) serão alvo de uma atenção redobrada.

Os dados dos Colaboradores e dos Voluntários

Quem recolhe?

Os dados dos colaboradores remunerados são recolhidos pela área de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Os dados dos Voluntários são recolhidos pela coordenação da Área de Voluntariado.

Quem tem acesso?

Os dados dos colaboradores estão acessíveis aos técnicos da área de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, do Departamento Administrativo e Financeiro. Os dados dos Voluntários estão acessíveis à Coordenação da Área de Voluntariado. Todos estes dados são também acessíveis ao Diretor Geral.

Com quem são partilhados os dados dos colaboradores?

Os dados dos colaboradores são partilhados com as entidades públicas nos termos da lei laboral e fiscal em vigor ou com entidades financiadoras quando se justifique para fins de financiamento de projetos. Os dados dos voluntários podem ser partilhados com entidades financiadoras no âmbito do desenvolvimento de ações de promoção e divulgação de atividades. As possibilidades de partilha são informadas a ambos os grupos no momento de estabelecimento do vínculo contratual e de estabelecimento do compromisso com os membros voluntários.

Onde são armazenados os dados?

Os dados são armazenados em suporte digital em programas de gestão de colaboradores e em plataforma de gestão de voluntários, e em formato físico, uma vez que existem documentos originais que ficam armazenados no arquivo físico.

Quanto tempo ficam os dados na posse da Comunidade?

Em ambos os grupos os dados são eliminados após 2 anos da cessação desse mesmo vínculo com a Comunidade ou antes, se solicitado pelo colaborador ou voluntário e se não houver obrigações legais que o impeçam. Na fase de recolha de dados, é pedido a cada colaborador/voluntário o preenchimento de uma ficha de dados pessoais, onde se solicita autorização para a recolha, armazenamento e tratamento dos seus dados durante o período do vínculo e a utilização de dados como o nome e o *email* após a cessação do mesmo, com a finalidade de divulgação das atividades da Comunidade. Caso não pretenda receber qualquer informação, o colaborador/voluntário pode recusar esta mesma possibilidade ou pedir o esquecimento dos seus dados após a cessação do vínculo com a Comunidade.



Os dados dos benfeitores/doadores

Quem recolhe?

O responsável da área de Comunicação, área de Tesouraria e dos serviços administrativos das diferentes unidades/centros.

Quem tem acesso?

Os dados dos doadores podem ser acedidos pelo responsável da área de Comunicação, pelos serviços administrativos de tesouraria e de contabilidade para efeitos fiscais, pelo Diretor Geral e pela coordenação da área de voluntariado.

Onde são armazenados os dados?

Os dados são armazenados na base de dados da Comunidade em formato digital e em suporte físico, uma vez que existem documentos originais que ficam armazenados no arquivo.

Quanto tempo ficam os dados na posse da Comunidade?

Os dados são eliminados sempre que termine o apoio prestado pelo doador ou sempre que solicitado pelos seus titulares, desde que não haja obrigação legal que o impeça. Na fase de recolha de dados, é proposto o preenchimento de um formulário, onde se solicita autorização para a recolha, armazenamento e tratamento dos seus dados durante o período do apoio e a utilização de dados como o nome e o *email* após a cessação do mesmo, com a finalidade de divulgação das atividades da Comunidade. Caso não pretenda receber qualquer informação, o doador pode recusar esta mesma possibilidade ou pedir o esquecimento dos seus dados.

Quem é o responsável pela gestão e proteção de dados?

O responsável pela gestão e proteção de dados é a Comunidade Vida e Paz.

De que forma podem os titulares aceder aos seus dados e exigir a sua eliminação?

Os titulares de dados tratados pela Comunidade podem, a qualquer momento, aceder, retificar ou atualizar os seus dados, bem como decidir que tipo de dados pretendem ver guardados ou eliminados. Para proceder a qualquer solicitação relativamente ao tratamento dos seus dados, o titular poderá contactar diretamente a Comunidade através do endereço protecao.dados@cvidaepaz.pt ou por correio através da morada: Rua Domingos Bomtempo nº7, 1700-142 Lisboa. O titular dos dados poderá solicitar a cópia dos dados que lhe digam respeito, a retirada do consentimento, a retificação, a eliminação, a limitação, a portabilidade e a oposição ao tratamento dos mesmos.

Os titulares dos dados podem ainda, em caso de conflito, apresentar uma queixa/reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD).

Em casos de violação de dados

A Comunidade tudo fará para prevenir/evitar qualquer violação ou abuso relativamente aos dados que lhe são confiados. Se eventualmente acontecer, agirá de acordo com o previsto no RGPD, informando logo que possível os titulares dos dados em causa, tomando medidas que minimizem potenciais danos e notificará a CNPD no prazo de 72 horas nas situações em que gravidade o justifique.

A revisão desta política poderá ocorrer sempre que se justifique.